

DIAMENTE JÚNIOR, Mário; TEIXEIRA; Denilson Victor Machado. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; RosyanneSilveira da Mata. **A relativização do voto obrigatório no Brasil** [Trabalho de Iniciação Científica – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O estudo realizado mediante a pesquisa bibliográfica acerca da historicidade do Brasil desde a sua consolidação como República analisou o processo de redemocratização do país, entendendo que a mesma foi de maneira lenta e gradativa. Trata-se de um levantamento bibliográfico por meio da Constituição Federativa, livros, revistas, artigos, legislações, dentre outros. Foi realizada a pesquisa básica, objetivando gerar novos conhecimentos, assim como com intuito de tornar mais evidentes os questionamentos da atual Constituição, aliada à legislação eleitoral, que determina o voto como direto e obrigatório. Tal estudo contribuiu de maneira efetiva no que tange questionamentos irrefutáveis sobre democracia e poder, estes, pautados em dois métodos circundantes e organizados pela “factualidade”. Desta maneira, a análise da relativização da obrigatoriedade do voto no Brasil foi de fundamental importância para a compreensão do instituto por se tratar da efetiva cidadania.

Palavras-chave: Direito Eleitoral; Voto; Obrigatoriedade.

RESENDE, Neysson; ALVES; Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyanne Silveira da Mata. **A compreensão da criminologia nos construtos de políticas criminais efetivas.** [Trabalho de Iniciação Científica – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente estudo apresentou os valores etimológico e historiográfico da criminologia, bem como, das vertentes contemporâneas sobre a abordagem temática. Tem a criminologia, como função primordial a concatenação de múltiplos saberes, mais seguros e estáveis relacionados ao delito, ao criminoso, à vítima e ao controle social. A partir dessa premissa, o objetivo deste trabalho foi além de ressaltar a importância dos estudos criminológicos, entender suas bases fomentadoras na preservação e verificar a interferência no homem delinquente. Coadunando-se a essas perspectivas, estudos como conceitos e definições foram utilizados para a efetivação do conhecimento a respeito da abordagem do assunto, como também a leitura sistematizada de bibliografias, palestras e videoconferências. Concluiu-se que os estudos sobre crimes, de quaisquer modalidades é de suma importância na vida social do indivíduo, bem como para o operador do Direito, uma vez que este é o mediador da linha tênue entre coletividade e personalidade.

Palavras - chave: Criminologia; Delito; Políticas criminais.

MENDES, Ronaldo Pimenta; JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **O princípio da vedação do retrocesso em matéria de Direitos Humanos e a pena de morte.** [Trabalho de Iniciação Científica – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O conceito chave para a compreensão do modelo constitucional de responsabilização no Estado Democrático de Direito é o princípio da dignidade da pessoa humana, que está positivado no art. 1º, inc. III, da Carta Maior. O presente trabalho pauta-se na dignidade da pessoa humana que constitui o epicentro do sistema e na conferência da legitimação antropológica ao poder repressivo penal. No atual contexto constitucional normativo brasileiro, a dignidade humana significa mais do que o simples reconhecimento do valor inerente à natureza humana, o qual permitiu uma pesquisa de revisão bibliográfica e análise de alguns artigos. O objetivo desta pesquisa foi analisar de maneira detalhada o princípio da vedação ao retrocesso em matéria de Direitos Humanos e a relação efetiva com a pena de morte, para assim demonstrar como o instituto protege o indivíduo das arbitrariedades do Estado, inclusive da esdrúxula súplica da imposição da pena de morte aos delinquentes que cometem crimes hediondos. Conclui-se que ainda muito deve ser pesquisado e de fato deve ser oferecido às comunidades na oportunização do conhecimento temático que coaduna as relações humanas ao meio, para que as praticidades do operador do Direito sejam concisas.

Palavras – chave: Responsabilização; Princípios; Democracia.

DIAMANTE JÚNIOR, Mário. VIEIRA, Paulo Engel. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A Teoria do Conglobamento após Lei 11.232/05: proposta de compatibilização entre normas.** [Trabalho Monográfico - Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

Os alimentos compreendem prestações periódicas entregues ao credor pelo devedor em regra em pecúnia e, eventualmente podendo este ser prestado “in natura”. Frente ao inadimplemento do devedor, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar a possibilidade do credor em promover a execução desses alimentos de acordo com as regras próprias que optar mais conveniente. Com base em revisão bibliográfica pode ser constatado que o legislador pode prever o regramento próprio e especial à execução de alimentos diante a peculiaridade do instituto, uma vez que se está frente às situações que requerem maior agilidade e eficiência na prestação jurisdicional. Todavia, persiste no regramento deste instituto a necessidade de manejo de duas ações distintas, ou seja, uma para acertar o direito, e outra para executá-lo. Ao longo do presente trabalho se abordou a sistemática da matéria de execução de alimentos de acordo com as atuais vias próprias, ou legalmente previstas versus o novo procedimento do cumprimento de sentença, sob o enfoque legal, doutrinário, bem como jurisprudencial. Ao final se conclui que diante a existência de regra especial para a execução dos alimentos, não seria legal se aplicar a regra geral do cumprimento de sentença, já que esta não teria o condão de revogá-la enquanto o legislador assim não se manifestou. Entretanto, há de se ponderar como o faz a jurisprudência e parte majoritária da doutrina que o sistema dual se apresenta ultrapassada frente á nova fase de cumprimento de sentença regradada aos procedimentos ordinários. Nesse sentido, concluiu o presente trabalho a necessidade de compatibilizar ambos os institutos em uma proposta que privilegie o crédito alimentar sem, contudo, impor penas judicialmente aos devedores, sem previsão legal.

Palavras chaves: Direito de Família; Direito Processual Civil; Ritos da Execução de Alimentos; Posicionamento Doutrinário e Jurisprudencial.

CESÁRIO, Simone Guedes. OLIVEIRA JUNIOR, Alcides. JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A Emenda Constitucional nº 72 e os novos direitos do empregado doméstico.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

A categoria do empregado doméstico é especial e distinta em relação às demais classes de trabalhadores brasileiros. Sofrem historicamente um tratamento desigual e característico dentro do ordenamento jurídico pátrio, sendo que para essa categoria a diferenciação tem representado exclusão e flexibilidade de direitos. Com a ausência de regulamentação, ou até mesmo antes da edição da Emenda Constitucional nº 72 de 2013, a estes trabalhadores não eram asseguradas muitas garantias básicas. O objetivo principal deste trabalho foi analisar as normas protetivas amparadas na Lei atual que assegurem o trabalhador com direitos tais como: indenização em despedida sem justa causa, seguro-desemprego, FGTS, garantia de salário mínimo para quem recebe remuneração variável, adicional noturno, proteção do salário. Sendo crime a retenção dolosa de pagamento, salário-família, jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, direito a hora-extra. Além dos direitos apresentados, sugere a observância de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho, auxílio creche e pré-escola para filhos e dependentes até cinco anos de idade, seguro contra acidente de trabalho, proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezesseis anos. A pesquisa pautou-se na revisão bibliográfica e usou o método dedutivo em relação aos direitos supracitados. Assim, percebe-se que esta Emenda veio enfim concretizar a tão desejada igualdade de direitos trabalhistas e acabar com a discriminação social e jurídica.

Palavras-chaves: Empregado doméstico; Emenda Constitucional nº 72/2013; Direito do Trabalho.

SILVA, José Carlos da. TEIXEIRA; Denilson Victor Machado. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Área de preservação permanente no Lago de Furnas em Minas Gerais**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica este trabalho tem o objetivo de tratar sobre a questão da proteção ambiental por parte da usina hidrelétrica de Furnas. A legislação ambiental brasileira estabelece normas condicionantes para implementação de empreendimentos que de alguma forma possam alterar o meio ambiente. Proteger e preservar o meio ambiente contra as agressões inconsequentes e contíguas é de responsabilidade do Poder Público, da iniciativa privada e também de todos. Com o método dedutivo e tomando por base as questões salubres da temática, a revisão bibliográfica ainda que pouca e análise da Constituição Federal de 1988 foram essenciais significativos para esta pesquisa sobre Direito Ambiental, pois designou um capítulo para o meio ambiente, listando princípios ambientais constitucionais, em que o ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental de todo ser humano, para a qualidade de vida e do Planeta.

Palavras-Chaves: Direito Ambiental; Meio ambiente; Princípios do Direito Ambiental.

SANTOS, Luciene Pereira. OLIVEIRA JUNIOR, Alcides. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Análise da Lei 11.619/2012: motorista profissional**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica visando a apresentar uma abordagem sobre a Lei nº 12.619/2012, onde de forma específica busca: descrever sobre o trabalho dos motoristas profissionais, caracterizar o que é jornada de trabalho, expor sobre a fundamentação para controlar a jornada de trabalho e os pontos inconstitucionais. O referido dispositivo veio regularizar a complexa e multifacetada profissão do motorista rodoviário transportador de cargas e passageiros. Com as disposições, traçou limites para a proteção da saúde e segurança laboral, configurando uma nova etapa do direito trabalhista. Conclui-se que a pesquisa foi importante para entender e aplicar as mudanças introduzidas pela lei que ajustou a composição de dispositivos legais da Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como do Código de Trânsito Brasileiro. Contudo, apesar dos progressos legais, existem pontos a serem discutidos que coadunem às relações efetivas de direito.

Palavras-chaves: Motoristas; Regulamentação da profissão de motorista; Lei nº. 12.619 de 2012.

ALVES, Ewerton Henrique. TEIXEIRA; Denilson Victor Machado. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Licitação sustentável**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho objetivou estudar o instituto da licitação sustentável, em virtude da necessidade cada vez mais crescente da promoção da sustentabilidade ambiental frente à escassez dos recursos naturais. Para tanto, fez-se uma abordagem ao conceito de licitação e suas modalidades, bem como uma breve explanação sobre o conceito de meio ambiente ecologicamente equilibrado e defendido na Constituição Federal Brasileira. Fez-se necessário ainda, uma análise dos princípios ambientais aplicáveis à licitação sustentável. Utilizando-se do método dedutivo, buscou-se, por fim, demonstrar que a licitação sustentável, além de visar à garantia constitucional de meio ambiente é ecologicamente equilibrada. Atualmente, é a mais importante espécie de licitação, uma vez que a sociedade vivencia os reflexos da utilização desmedida dos recursos naturais não renováveis. Também, mesmo com tamanha importância, infelizmente, este é um instituto novo e de aplicabilidade para a fiscalização caminhar paulatinamente. Concluiu-se que não se pode colocar toda a responsabilidade nas mãos da administração pública, deve-se conjuntamente, criar meios de conscientização para que se tenha um meio ambiente favorável.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Licitação Sustentável; Garantia Constitucional.

ANDRADE, Mathians Oliveira. TEIXEIRA; Denilson Victor Machado. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Aposentadoria rural e aspectos da prova em relação ao trabalhador rural**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O referido trabalho buscou explorar os aspectos em relação às provas administrativas e judiciais do trabalhador rural dando ênfase ao segurado especial. Foram analisadas as provas requeridas do exercício da atividade no campo para concessão da aposentadoria por idade rural deferida administrativa e judicialmente. A aposentadoria e os demais benefícios da Previdência social e suas peculiaridades compõem uma avaliação da evolução histórica da Seguridade Social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base nas Leis 8.213/91 e 11.718/08 além de outras fontes. Para a Previdência Social é exibido minuciosamente outros documentos tidos como início razoável de prova material aceitos pelos Tribunais Superiores. Conclui-se que esses documentos corroborados com a prova testemunhal concederá o benefício ao rurícola, com exemplo a qualificação profissional como lavrador, agricultor ou rurícola, constante de assentamentos de registro civil, que constitui início de prova material para fins de averbação de tempo de serviço e de aposentadoria previdenciária, sendo extensiva à esposa, adotando, nessa hipótese, a solução pró-mísero.

Palavras-chave: Aposentadoria por idade rural; Segurado especial; Provas do exercício da atividade rural; Condições.

BAIA, Maria Lauana. RESENDE, Glícia Paula. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyanne Silveira da Mata. **Superendividamento diante da reforma do Código de Defesa do Consumidor**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho tem o objetivo explicar o que vem influenciando diversos consumidores; a relação comercial existente apresenta inúmeras possibilidades para que o consumidor possa adquirir produtos ou serviços. Com a revisão bibliográfica, pode perceber que são tantas as possibilidades que se tornam atrativas para as compras, que os consumidores mesmo sem terem a necessidade de adquirir os produtos ou serviços, os fazem de maneira descabida. Ocorre que devido a tantas possibilidades os indivíduos podem estar se transformando em consumistas natos, nem todos é claro, mas muitos consomem além daquilo que lhes é necessário. Nesse sentido, os consumidores acabam se descontrolando financeiramente e se enquadrando em uma recente nomenclatura – o Superendividamento – O mercado atualmente usa de diversas maneiras para persuadir o cliente com produtos sugeridos e diversas formas de pagamento, porém, em no atual ordenamento não existe uma norma específica que regule essa problemática. Pensando nesse déficit foi criado o projeto de Lei que determina a possível reforma do CDC. Concluiu-se que deve incluir a proteção, prevenção e reeducação financeira ao consumidor para que este não sofra consequências financeiras.

Palavras-Chave: Código de Defesa do Consumidor; Superendividamento; Reforma; Proteção; Prevenção.

PINHEIRO, Olinta Baía. GARCIA, Wallacy Pereira. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Contrato no comércio eletrônico**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho teve por objetivo principal estudar os contratos no comércio eletrônico que delimitam os elementos formadores dos mesmos, bem como avaliar quais as garantias oferecidas ao consumidor. Para tanto, fez-se uma abordagem ao conceito e requisitos dos contratos em geral, bem como sobre a evolução histórica do comércio eletrônico. Fez-se, ainda, uma análise da aplicabilidade do código de Defesa do Consumidor, nas relações comerciais por meio eletrônicos. Buscou-se, por fim, demonstrar que as relações comerciais eletrônicas, hoje, se apresentam imprescindível das normas de defesa do consumidor. Além do necessário, constatou-se que o consumidor de forma consciente, deve pesquisar a procedência do sítio onde celebrará o contrato, o que visa uma maior proteção, garantia e validade do ato. Concluiu-se que ainda existe a presunção da hipossuficiência do consumidor frente ao fornecedor, desta feita, o segundo não pode alegar a imprudência do primeiro no intuito de afastar a responsabilidade.

Palavras-chave: Comércio Eletrônico; Contratos; Direito do Consumidor.

SILVA, Gilson Dias da. GARCIA, Wallacy Pereira. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A (in) aplicabilidade do Artigo 49 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor face às compras de passagens aéreas realizadas pela internet.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

Com o avanço tecnológico atual, as compras pela internet cresceram aceleradamente. Hoje se encontra quase todos os tipos de produtos e serviços à disposição do *cyber-consumidor*. Nesse contexto, há um exemplo explícito que teve como foco esta pesquisa: a compra de bilhetes aéreos. No âmbito jurídico surgiu recentemente a discussão a respeito, tendo em vista que o CDC trouxe o prazo de arrependimento da compra em seu art. 49 para as compras realizadas fora do estabelecimento comercial, e os fornecedores aéreos não concordam em suma, com a aplicação do mencionado dispositivo nas compras dos bilhetes feitas pela internet. Com base nas essencialidades auferidas anteriormente, a pesquisa utilizou a revisão bibliográfica, pesquisas em artigos científicos. Assim, concluiu-se que o trabalho tem o condão de trazer à tona tal problemática, e propor a análise de retificação do prazo estabelecido sobre a compra, para que o consumidor não se sinta prejudicado, mesmo quando este, quiser fazer o cancelamento.

Palavras-chave: Direito de arrependimento de compra; Passagens aéreas; Internet.

GIBRAN, Rodrigo Carvalho. NETO, Santos Fiorini. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Legalização dos jogos de azar: aspectos positivos e negativos frente à sociedade.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho teve por objetivo principal o estudo dos jogos de azar, que foram definidos pelo legislador como Contravenção Penal pelo Decreto-Lei n.º 3.688/41, os prós e contras da legalização dos mesmos. Para tanto, fez-se uma abordagem sobre o conceito e a evolução histórica dos jogos de azar. Fez-se, ainda, uma análise dos jogos considerados lícitos, tais como as loterias, e por fim explanou-se sobre os posicionamentos a favor e contrários a legalização de tais jogos. Buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica, demonstrar que a legalização dos jogos de azar, já cogitada por diversas vezes, possui mais aspectos positivos que negativos, concluindo que além de contribuir com um aumento significativo na arrecadação de impostos, o governo por outro lado, diminui os gastos com fiscalização e policiamento. Torna-se de suma importância que o secretariado nacional repense sobre a administração pública perfazendo uma distribuição financeira igualitária.

Palavras-chave: Contravenção Penal. Jogos de Azar. Legalização.

SOUZA, Wanessa Pedrosa de. RESENDE, Glícia Paula. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Admissibilidade das provas ilícitas no processo penal.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

A presente pesquisa buscou como objetivo principal analisar a questão da admissibilidade das provas ilícitas no Processo Penal, sendo que a princípio, a utilização de tais provas no processo é inadmissível, por força do art. 5º, LVI da Constituição da República de 1988. Com base em revisão bibliográfica e pesquisas em artigos, em alguns casos, essa vedação é relativizada e a prova ilícita pode ser utilizada para formar o convencimento do juiz quando tiver o intuito de beneficiar o réu. Aplica-se assim o princípio da proporcionalidade atendendo-se as peculiaridades do caso, além de serem admitidas a utilização de provas obtidas por meios ilícitos em causas justificáveis. Estas excluem a ilicitude de sua obtenção, como é o caso do estado de necessidade e do flagrante delito. Para sua aceitação, concluiu-se que ninguém poderá ser condenado quando o próprio Estado tem prova de sua inocência.

Palavras-chave: Provas ilícitas; Processo Penal; Art. 5º da Constituição da República de 1988.

GONÇALVES, Francielle de Faria. RESENDE, Glícia Paula. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyanne Silveira da Mata **A (APAC) como instrumento de redução da reincidência criminal em decorrência da falência do sistema prisional brasileiro.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – é voltado para a recuperação e reintegração social dos indivíduos. O atual sistema penitenciário brasileiro é um dos principais responsáveis pela ocorrência do instituto da reincidência. Muitos acreditam no Direito Penal e no Sistema Penitenciário Brasileiro como um dos instrumentos eficazes para a prevenção e combate ao crime. No entanto, essa forma de punição, que se utiliza da segregação, colabora, cada vez mais, para o crescimento da criminalidade e, conseqüentemente, a reincidência surge não apenas como um simples agravante, mas também como uma questão social. O presente estudo bibliográfico analisou o método APAC como instrumento da redução da reincidência criminal, partindo de um confronto entre os sistemas prisionais vigentes. É imprescindível analisar as vantagens e desvantagens da utilização de novos métodos adotados para o cumprimento de penas privativas de liberdade e encontrar alternativas de punição, menos segregadoras. Pode-se concluir que o momento é de abandonar as soluções paliativas e enfrentar seriamente e com obstinação as mudanças de mentalidade e atitudes, levando os vários segmentos sociais representativos da comunidade a se sentirem corresponsáveis pela questão da execução penal e conseqüentemente na ressocialização do condenado.

Palavras-chave: APAC; Reincidência; Punição; Ressocialização.

AGUIAR, Karina Aparecida de. GARCIA, Wallacy Pereira. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A responsabilidade patrimonial nas incorporações imobiliárias**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho tem como objetivo estudar os componentes que dizem respeito ao instituto do patrimônio de afetação e a utilização na atividade incorporativa de imóveis. Procurou-se demonstrar a contribuição existente em relação à melhoria da segurança jurídica nos negócios atinados neste acompanhamento de mercado. O trabalho conceitua a incorporação imobiliária e quem é o incorporador, evidenciando as características de um e outro, bem como esclarece sobre tal matéria contratual desta atividade. Percebe-se que o texto demonstra todas as alterações advindas pela nova lei na qual foi inserido o patrimônio de afetação no negócio imobiliário por meio de um panorama histórico, abarcando dois períodos. O primeiro anterior a mudança, desde o ano de 1964 até 2004, e o segundo após 2004 até os dias atuais. Por meio da pesquisa bibliográfica pode-se concluir que o adquirente fica desprotegido no primeiro período, enquanto que os pontos positivos e de segurança passaram a legislar no segundo, destacando, assim, a responsabilidade do incorporador.

Palavras-chaves: Incorporação; Imobiliária; Patrimônio; Afetação.

SILVA, Camila de Souza. RESENDE, Glícia Paula. JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A internação compulsória do dependente químico**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a internação compulsória do dependente químico sob a ótica do princípio da dignidade humana. Sabe-se que as drogas afetam milhares de pessoas em todo o país, de diferentes classes sociais, reduzindo o ser humano à condição análoga de escravo. Diante desse quadro, a atual legislação antidrogas do Brasil prevê que o dependente químico seja tratado, e não mais penalizado como previam os outros dispositivos legais que antecederam a Lei 11.343/06, que trata de forma específica a matéria, e transforma a dependência química em um problema de saúde pública. Por meio da pesquisa bibliográfica, pode-se perceber que uma das medidas que a lei prevê para o tratamento do usuário de drogas é a internação compulsória, tendo em vista que alguns usuários não conseguem deixar o vício por vontade própria. Conclui-se portanto, que em muitos casos, a legislação determina que o poder público providencie a internação do dependente químico, sem que este dê prévia autorização.

Palavras-chave: Internação compulsória; dependente químico; Legislação antidrogas.

GIBRAN, Ana Paula Carvalho. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Manifestações populares: exercício da cidadania ou crime?** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo sobre o direito de reunião e livre manifestação, previstas no artigo 5º inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, também dispostas na Convenção Americana, ou Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica (art. 15 do Decreto nº 678/1992), presente do mesmo modo no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (art. 21 do Decreto nº 592/1992). Este estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica. Além de questões polêmicas e atuais que envolvem tal instituto, tais como até que ponto o exercício do direito de reunião e da livre manifestação são configurados como exercícios da cidadania, bem como em que momento tais exercícios passam a configurar tipos penais. Para tanto, fez-se necessário explicar sobre os tipos penais envolvidos e os direitos e garantias constitucionais. Buscou-se, por fim, delimitar o ponto divisório entre o exercício da cidadania e a prática de crimes, ou seja, existem regras e responsabilidades que precisam ser seguidas, caso contrário, as condutas podem e devem ser analisadas sob o ponto de vista criminal.

Palavras-chave: Manifestação Popular; Garantia Constitucional; Crime de Dano.

PAGANO, Geovânia Maira Lopes. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nícolas Vladimir de Souza. FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **A eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei 11.340/06.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho visa analisar os aspectos gerais da Lei 11.340 promulgada no dia 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha sobre a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher e suas consequências para o mundo jurídico, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica. Buscou-se a análise da referida Lei desde os seus precedentes normativos à levantar os conceitos intentados pelo legislador de violência doméstica e familiar, traçando ainda as conceituações sobre as formas de violência abordadas pela Lei, bem como as medidas protetivas de urgência que obriguem o agressor e as medidas direcionadas às vítimas. Conclui-se na presente pesquisa que a eficiência da Lei propõe meios concisos para solucionar a problemática de eventual ineficácia o que permite maior discussão temática e abordagem significativa da sociedade.

Palavras-chave: Medidas protetivas; lei Maria da Penha; Violência doméstica e familiar.

DINARDI, Ana Maria. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A influência da mídia na produção legislativa penal.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

Por meio de uma perspectiva histórica da legislação penal brasileira é possível observar que casos criminais célebres motivam apressadas alterações nas leis criminais. Os legisladores aproveitam-se do clamor sensacionalista e legislam ao gosto dos veículos de comunicação. Neste sentido a mídia vem violando de forma drástica o ordenamento jurídico brasileiro e deixa de cumprir, assim, o seu papel primordial que é o de informar e estimular o debate público. O objetivo deste trabalho foi analisar a influência da mídia na atualização penal. Não houve preocupação em abordar o que é a mídia, ou mesmo sua importância para a sociedade. A abordagem dada foi com o intuito de tornar mais fácil o desenvolvimento da temática. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica em relação aos temas discutidos, acrescido de estudo de casos relevantes para o desenvolvimento da matéria. Não obstante existir alguns artigos, no âmbito da doutrina especializada, no meio jurídico e jornalístico, acredita-se não existir na literatura nacional obra completa sobre a influência da mídia na produção legislativa penal brasileira. Para a concretização dos objetivos, o trabalho foi dividido em capítulos, que abordaram questões como mídia e direito, a produção legislativa penal a partir de crimes midiáticos e os avanços legislativos a partir de leis midiáticas. A mídia, na gigantesca maioria dos casos, exerce um papel danoso na elaboração das leis e nos julgamentos efetuados pelos órgãos do Poder Judiciário. Conclui-se que a independência do agente público na atividade legislativa e judiciária é fundamental.

Palavras-chave: Mídia; Criminalidade; Atos legislativos.

GARCIA, Matheus Henrique. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Redução da maioria penal no Brasil.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O objetivo deste estudo foi discutir a questão da redução da maioria penal no Brasil, por meio de pesquisa bibliográfica, uma vez que este tema vem ganhando cada vez mais espaço em debates no meio político, jurídico e no cenário nacional. Hoje, em nosso país, a maioria penal é fixada, com o uso do critério biológico, em dezoito anos pelo artigo 228 da Constituição da República Federativa. Se ainda não contar com esta idade no momento da prática criminal, o indivíduo fica sujeito à Lei Especial, mais especificamente, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que além de prever direitos e garantias, elenca várias medidas socioeducativas visando educar o indivíduo em desenvolvimento. Para muitas pessoas, a redução da maioria penal minimizaria muitos crimes. Apesar de juristas e doutrinadores do Direito divergirem quanto à possibilidade de se reduzir a maioria penal no Brasil, é possível se concretizar a reforma por meio de uma Emenda Constitucional, uma vez que o assunto não é cláusula pétrea. Porém, apenas reduzir a maioria penal não resolve a questão da prática de crimes por parte de crianças e adolescentes, pois o problema não está situado no âmbito da repressão, mas sim nos valores e na estrutura proporcionada respectivamente pela família e pelo Estado ao jovem. Conclui-se que para se combater a prática de crimes por crianças e adolescentes faz-se necessário, que a instituição família ensine aos jovens princípios e valores, como o da igualdade, honestidade e respeito ao próximo, e que o Estado invista mais em programas que visem educar e preparar o jovem para convivência equilibrada ao meio.

Palavras chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Imputabilidade Penal; Redução da Maioridade Penal.

REIS, Valceque dos. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A legalização do aborto frente à autonomia da mulher e a proteção física e psíquica da gestante.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho versa sobre o direito da mulher frente à autonomia e à proteção física e psíquica da gestante perante uma gravidez indesejada. Por meio de pesquisa bibliográfica, pode-se perceber que as mulheres sem recursos financeiros, ou até mesmo aquelas desinformadas são as que mais sofrem com a situação. Estas, que recorrem aos meios precários e inseguros, não podem pagar pelos serviços das clínicas ilegais, pois tais estabelecimentos cobram preços altos no procedimento abortivo. Percebe-se que a criminalização do aborto não é efetiva, pelo contrário, o abortamento ocorre discrepante e clandestinamente. Por isso, defende-se aqui o aborto fora do sistema jurídico, vez que, devidamente comprovado o risco não só físicos, mas também psicológicos para gestante. Portanto, pode-se concluir que ao tratar o aborto como um problema de saúde pública, torna-se necessário que o Estado assegure à gestante sua autonomia perante a questão, bem como efetive um projeto de educação sobre o tema apresentado.

Palavras- chave: Aborto; Saúde Pública; Gestante; Crime.

FERREIRA, Heverton Danilo. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **A impetração do *Habeas Corpus* em relação às sanções disciplinares militares: uma afronta ou um fiel cumprimento da Constituição?** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O habeas corpus, conta com sua menção há séculos, especificadamente na Carta Magna de 1215, hoje presente e firmado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (CRFB/88) em seu artigo 5º, inciso LXVIII que dita claramente, que quando alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, estará amparado por esta garantia constitucional. A partir desta garantia constitucional, entende-se que todas as pessoas físicas têm o direito de impetrar o habeas corpus em desfavor de qualquer pessoa física, sem exceções e/ou restrições. Na realidade, a CRFB/88, o artigo 142, §2º, explicita proibir a impetração de tal garantia quando o impetrante se tratar de um militar punido disciplinarmente. No entanto, o que se deve entender e primar é que a questão em pauta, nunca venha ferir a condição de Estado de Direito. Com isso o referido trabalho, analisou o total conteúdo da temática, a oposição de pensamentos, quando permite que qualquer um possa desfrutar de tal garantia constitucional e logo mais impedir os militares, o que na verdade não se mostra unânime nos pensamentos doutrinários sobre o assunto.

Palavras chave: Habeas Corpus; Garantia Constitucional; Punição Disciplinar; Estado de Direito.

RIBEIRO, Natalie. ALVES, Daniel Limongi Alvarenga. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A influência da mídia no tribunal do júri.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho tem por objetivo tratar da possível influência que a mídia exerce sobre os jurados que compõem o conselho de sentença em casos amplamente divulgados. Para este fim, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Sabe-se que o Tribunal do Júri julga crimes dolosos contra a vida, sendo composto em sua maioria por cidadãos leigos, que assistem matérias a respeito de crimes que irão julgar. A sociedade, na “Era da Informação”, utiliza-se de vários meios, como rádio, jornal, televisão, internet, que podem divulgar informações sensacionalistas, sem ao menos terem certeza dos fatos ocorridos. Assim, pode sentenciar prematuramente o acusado, interferindo intimamente nos Direitos Constitucionais do mesmo. Conclui-se, que há necessidade de se ter um julgamento justo, parcial, sem sofrer com as possíveis influências da massa midiática, para que sejam assegurados todos os direitos constitucionais inerentes ao acusado.

Palavras-chave: Tribunal do Júri; Influência da mídia; Liberdade de imprensa; Opinião pública.

MAIA, Michele. CARVALHO, Dimas Messias de. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A competência da Vara de Família para julgar as separações decorrentes do casamento homoafetivo.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

Havendo vara privativa para julgamento de processos de família, ela é competente para apreciar pedido de reconhecimento e dissolução de união estável homoafetiva, independentemente das limitações inseridas no Código de Organização e Divisão Judiciária local. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso em processo no qual o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) afastou a competência da Vara de Família de Madureira em favor do juízo civil. A Turma concluiu que a vara de família é competente para julgar as causas de dissolução homoafetiva, combinada com partilha de bens, independentemente das normas estaduais. O TJRJ havia decidido que deveria predominar, no caso, a norma de organização judiciária local, que dispunha que a ação tramitasse perante o juízo civil. Segundo decisão da Turma, a plena equiparação das uniões estáveis homoafetivas às uniões estáveis heteroafetivas trouxe, como consequência para as primeiras, a extensão automática das prerrogativas já outorgadas aos companheiros dentro de uma situação tradicional. O trabalho foi dividido em capítulos que abordaram os principais temas propostos. Além de discutir as questões supracitadas por meio de revisão bibliográfica, conclui-se que os princípios constitucionais norteadores das relações familiares, a evolução do modelo familiar, o casamento homossexual, as espécies de dissolução do casamento e a competência da Vara de Família nas separações de casais homossexuais ainda merecem maior atenção para a efetivação simétrica do Direito.

Palavras-chave: Casamento homossexual; Separação de casais homossexuais; competência da Vara de Família.

SILVA, Matheus Santos. CARVALHO, Dimas Messias de. JANUÁRIO, Nicolás Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **O direito sucessório do filho concebido por inseminação artificial *post mortem* à luz da Constituição Federal e do Código Civil.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho analisou a possibilidade de atribuição de capacidade sucessória aos filhos havidos por meio de técnicas de inseminação artificial homóloga, ou seja, os gametas utilizados são do próprio casal que possui o projeto parental, ocorrida após a morte do pai. A desproporcionalidade entre a evolução científica no campo da biotecnologia e a elaboração de leis hábeis a disciplinar a utilização das técnicas de reprodução humana medicamente assistida fizeram surgir uma lacuna no atual ordenamento jurídico. O Código Civil de 2002 reconhece a condição de filho à pessoa gerada por meio de inseminação artificial homóloga *post mortem*, porém, quanto ao direito sucessório deste, é totalmente omissivo. Por não haver legislação regulamentando a matéria, abre-se espaço para uma discussão na doutrina e faz-se necessário um estudo aos princípios constitucionais vigentes que ora se chocam. O problema que norteia esta pesquisa, em razão da mencionada lacuna legislativa, não encontrou resposta pacífica até então.

Palavras-chave: Direito Civil (Direito das Sucessões); Técnicas de Reprodução Humana Assistida; Inseminação Artificial; Sucessão; *Post mortem*.

OLIVEIRA, Gustavo Ribeiro de. CARVALHO, Dimas Messias de. JANUÁRIO, Nícolas Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyanne Silveira da Mata. **A alienação parental sobre a perspectiva do Direito**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

A presente pesquisa teve por objetivo principal um estudo sobre a Alienação Parental e a aplicabilidade da Lei 12.318/ 2010. Para tanto, tornou-se imprescindível a abordagem sobre a família, desde sua origem até os dias atuais, avaliando também sua importância para vida em sociedade, ressaltando as responsabilidades e deveres esponsais e matrimoniais, bem como as consequências causadas por uma separação, que vão do direito assistencial à proteção dos filhos, evitando assim que a denominada Alienação Parental venha a ocorrer. Buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo aprofundado da referida lei, observando algumas soluções que podem ser adotadas pelo genitor alienado em benefício dele e da criança envolvida. Conclui-se que ainda a temática abordada ainda apresenta lacunas que necessitam de um melhor entendimento jurídico.

Palavras-chave: Relação de família; Separação; Proteção do menor; Alienação parental.

SILVEIRA, Mariana Perpetua Ribeiro. CARVALHO, Dimas Messias de. JANUÁRIO, Nícolas Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **Indenização por abandono afetivo**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho visa abordar a indenização por abandono afetivo, o qual dispôs sobre as divergências da indenização ou não do filho abandonado moralmente pelo pai/mãe. Foi utilizado o método dedutivo, com revisão bibliográfica para melhor compreensão do tema selecionado. Conceituou-se o instituto da família no sistema jurídico atual e realizaram-se algumas análises dos princípios inerentes ao convívio familiar, bem como o estudo do poder familiar e da responsabilidade civil. Conclui-se que a lei ainda não está totalmente apta a permitir que o filho busque este tipo de reparação.

Palavras-chave: Abandono; Indenização; Família; Filhos; Responsabilidade.

SANTOS, Alexandra Maria Pinto dos. CARVALHO, Dimas Messias de. JANUÁRIO, Nícolas Vladimir de Souza. FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Adoção Intuito Personae**. [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

A presente monografia tem como objetivo analisar, com base legal e doutrinária, o instituto da adoção, enfatizando sua aplicabilidade no Direito Brasileiro. A análise se dará basicamente em dois parâmetros: os requisitos e procedimentos para adoção e a total regulamentação desta, como intuito personae com as mudanças que a nova Lei de nº 12.010/09 trouxe. Neste contexto, foram abordados o Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, e a Igualdade do Adotado como Filho Biológico, dentre outros, para que o processo de adoção se torne mais célere. A árdua espera para uma criança ser adotada é um dos problemas enfrentados por aqueles que estão na lista. Conclui-se que medidas mais eficazes devem ser tomadas para que a criança seja adotada nos princípios da lei e que haja redução deste tempo de espera.

Palavras-chave: Adoção; Criança e do Adolescente; Igualdade; Melhor Interesse.

BARBOSA, Pierre de Moraes. CARVALHO, Dimas Messias de. JANUÁRIO, Nícolas Vladimir de Souza. FURTADO; Rosyenne Silveira da Mata. **A diferença no tratamento sucessório entre o cônjuge e o companheiro: análise da legislação atual.** [Trabalho Monográfico – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2014.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo realizar uma análise acerca da diferença no tratamento sucessório dos cônjuges em detrimento dos companheiros no atual Código Civil. Buscou-se também apresentar a atual proposta de alteração do CC/2002 o PLS 267/2009 como uma forma de dirimir as divergências e pacificar o assunto. No decorrer do trabalho ficou clara que a distinção entre o cônjuge e o companheiro no que se refere ao direito sucessório é inconstitucional, fere o direito de igualdade e não está de acordo com os novos conceitos e concepções de família vigentes no país. É claro que existem inúmeras opiniões que concordam com o descabido desacordo entre o CC/2002 e a constituição, mas verificou-se que os mais renomados doutrinadores se mostram totalmente contra a atual posição e destacam a necessidade de mudança que promova a igualdade de direitos entre o cônjuge e o companheiro.

Palavras-chave: Direito sucessório. Cônjuge. Companheiro. Bens. União Estável